

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O SERTANEJO E O SERTÃO NA OBRA MEMORIALÍSTICA DE ULYSSES LINS DE ALBUQUERQUE

João Henrique Lúcio de Souza

Doutorando em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

E-mail: souzajhl@yahoo.com.br

RESUMO

O tema proposto neste artigo visa refletir acerca as memórias e narrativas sobre o sertão e o sertanejo na obra memorialística de Ulysses Lins de Albuquerque a partir a Fazenda, especificamente do alpendre da Fazenda, que se constitui como referência simbólica e uma marca identitária na narração de Ulysses, onde o espaço privado da Fazenda, da casa e a autoridade do dono se confundem. Na primeira parte, trataremos da prática do memorialista, partindo da regionalização de suas memórias através de uma narrativa baseada na experiência, afetividade, interpretação simbólica do meio e sem nenhum contato com o processo metodológico da prática do historiador ou do que Certeau chama de operação historiográfica (2010). Em seguida, analisaremos a memória como “experiência” em Ulysses, que nos reporta ao que Benjamin (1994), em o Narrador, referia-se à marca da *experiência (erfahrung)* que seria instituinte do ofício do bom narrador, que é um sábio e, enquanto tal, sabe dar bons conselhos e tem o tempo todo para escutar os interlocutores.

Palavras-chaves: Memórias, narrativa, sertão, fazenda.

INTRODUÇÃO

Do alpendre da Fazenda, a obra memorialística de Ulysses Lins sinaliza caminhos que levam a entender a historicidade, a subjetividade, e as metáforas dos espaços sociais e políticos. De um lado, aquele espaço limitado pelas cercas e cancelas da propriedade: *o lado de cá*. De outro, aquele mundo que se situa para além dos limites da Fazenda: *o lado de lá*. Cabe aqui dizer que esse *lá* e *cá* termina por corresponder a pertença de um *nós* e de *outros* e, como tais, tem uma ambiguidade e uma densa simbolização. Essas especialidades são constituídas em uma memória histórica, social e, por que não, política pela posse e uso da propriedade, pois “O fazendeiro, proprietário abastado, era reverenciado pelos vizinhos que o procuravam a trato de negócios ou

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

recorrendo aos seus bons ofícios para resolver qualquer caso em que se sentissem embaraçados” (ALBUQUERQUE, 1979, p. 29).

A Fazenda, a casa e seu alpendre, constituem-se como referência simbólica e uma marca identitária na narração de Ulysses e suas memórias sobre o sertão, onde o espaço privado da Fazenda, da casa e a autoridade do dono se confundem. O que falam os estranhos a casa, quantos se dirigem aos seus moradores? Utiliza-se a expressão que, aí sim, sobrevive, ainda, no costume e nos hábitos das pessoas: ‘*Ô de casa!*’ Ao que se responde: ‘*Ô de fora!*’ No entanto, não termina aí essa liturgia da privacidade. À fala a abordagem do forasteiro, os de casa respondem: ‘*Pode entrar!*’ A lógica da hospitalidade, portanto, segue os parâmetros de dentro e de fora da casa.

A casa tem na Fazenda um prolongamento de suas sociabilidades, experiências, vivências e convivências,

muitas delas, realmente, podem ser consideradas históricas, dada a influência exercida pelas propriedades no destino das regiões em que se achavam localizadas, como que constituindo centro de convergência de todos os que vindo de perto e de longe recorriam ao patriarca, aos seus conselhos ou a sua ajuda. (Albuquerque, 1979, p. 26)

Ela é histórica está certamente definida como espaço privilegiadamente definidor das funções e do trabalho, das relações sociais e da representação social. Ulysses, assim como Williams (1998), ao retroceder no tempo, deparou-se com o campo e o passado representados como espaços edênicos; contudo, uma periodização dos testemunhos leva o estudioso a concluir que o campo paradisíaco se encontra, cada vez mais, num passado distante.

Ulpiano (1992) enfatiza que a caracterização mais corrente da memória é como mecanismo de registro e retenção, depósito de informações, conhecimento, experiências, no alpendre da Fazenda as memórias se exacerbam, se atenuam, e definem e se redefinem, se funde e se confundem durante as conversas nesse autêntico divã das memórias. Na obra de Ulysses Lins, a Fazenda tida como matriz, o berço, seio materno (WILLIAMS, 1998) torna-se o marco de referência dos espaços de sociabilidade, de convivência, das identidades e das diferenças, sejam individuais ou coletivo.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Nesse sentido, a Fazenda torna-se monumento, um sinal do passado (LE GOFF, 1990), pois em sua riqueza e sua diversidade, configura a memória e identidade sentida, reconhecida pela comunidade e registrada na obra de Ulysses Lins.

Dessa forma, nosso trabalho está organizado da seguinte maneira: Na primeira parte, trataremos da prática do memorialista, partindo da regionalização de suas memórias através de uma narrativa baseada na experiência, afetividade, interpretação simbólica do meio e sem nenhum contato com o processo metodológico da prática do historiador ou do que Certeau chama de operação historiográfica (2010).

Em seguida, analisaremos a memória como “experiência” em Ulysses, que nos reporta ao que Benjamin (1994), em o Narrador, referia-se à marca da *experiência (erfahrung)* que seria instituinte do ofício do bom narrador, que é um sábio e, enquanto tal, sabe dar bons conselhos e tem o tempo todo para escutar os interlocutores. Assim, Ulysses dirá que viu, ouviu, sentiu, conviveu, conheceu ou ouviu falar de todo fenômeno que aborda. É, portanto, o típico narrador que faz a história de seu mundo a partir das emoções humanas, das suas e de seus personagens, que pretende registrar em sua obra de memória.

A PRÁTICA DO MEMORIALISTA

O primeiro ponto a se refletir é sobre o porquê a história, uma narrativa cheia de interpretações e subjetividades, não é um texto literário. “O par narrativo de ficção/narrativa histórica são diferentes e oferecem expectativas diferentes por parte do leitor e promessas diferentes por parte do autor” (RICOEUER, 2007, p. 276), os distanciamentos e as aproximações entre a narrativa histórica e narrativa literária é crucial para nosso objetivo de diferenciação entre historiadores e memorialistas, sobretudo a partir do momento em que Certeau (2010) nos revela que historiadores e sua narrativa não estão livres da subjetividade.

Geralmente os memorialistas são autores regionais que não só estão no seu lugar, no seu espaço, como voltados para o seu lugar e seu espaço. Em muitos casos são fontes primárias da história e do espaço em que habitam. Na contemporaneidade “as noções de espaço e de tempo alteraram-se profundamente (ficaram bem documentada

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

no experimentalismo artístico das vanguardas modernistas, desde o cubismo e o futurismo, nos princípios desse atribulado século)” (MATOS, 2015, p. 415), mas, antes da “globalização tecnológica”, sobretudo no interior do Brasil, as informações circulavam com muitas limitações. Todavia, e talvez exatamente por isso, eram retidas de forma duradoura, guardadas na memória popular.

Aqueles memorialistas, que narram suas memórias, munidos de diversos instrumentos e fontes em sua narrativa¹ não tem a preocupação do rigor do método, da teoria ou da narrativa histórica, em contrapartida, dominam como ninguém o sistema simbólico² do lugar que narram e são reconhecidos por essa facilidade de decifrar o simbólico do seu lugar, pois

os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social. Enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação eles tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração (lógica) e a condição de integração (moral)”. (BOURDIEU, 1989, p. 10)

Esses escritores da memória, que através da experiência decifram o sistema simbólico do seu lugar, realizaram importantes pesquisas, inclinando-se as vezes por décadas em documentos, coleções e arquivos, muitas vezes sem mencionar os devidos créditos, e, com frequência, construindo uma narrativa híbrida entre sua escrita e o texto dos documentos. Os memorialistas partem da mesma linha que os historiadores, muitas vezes tem as mesmas finalidades, mas transitam por estradas e atalhos não permitidos para historiadores.

Nesta mesma linha de pensamento, Candau (2011), que trabalha com o conceito de memória, classifica a mesma em três tipos, ‘Memória de baixo nível ou protomemória’, ‘Memória propriamente dita ou de alto nível’ e a ‘Metamemória’³.

¹ frequentemente suas narrativas resultam em textos biográficos ou autobiográfico, nos quais o memorialista utiliza, a sua experiência e a oralidade, do lugar, espaço ou cidade na qual escreve, para construir a narrativa.

² Para Bourdieu, o sistema simbólico está dentro de um campo onde se ver poder em toda parte (em um círculo onde o centro está em todo lugar) é necessário saber onde ele se deixa ver menos, é mais ignorado e reconhecido.

³ Segundo Candau (2011) a memória pode ser classificada em **Memória de baixo nível ou protomemória**: é a modalidade de memória na qual se enquadra, individualmente, as experiências e saberes duradouros, compartilhados entre os indivíduos de uma sociedade; **Memória propriamente dita ou de alto nível**: refere-se à memória de recordação, a qual

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Seguindo essa classificação os memorialistas utilizam predominantemente, mas não exclusivamente, a “Memória propriamente dita ou de alto nível” que é a modalidade de memória na qual se enquadra, individualmente, as experiências e saberes duradouros, compartilhados entre os indivíduos de uma sociedade.

A partir dessa ‘memória de alto nível’ (CANDEAU, 2011), as narrativas memorialistas se fazem numerosas e variadas. Muitas vezes vamos encontrar pessoas de grande conhecimento sobre o passado e a realidade presente; são letradas, intelectuais às vezes alfabetizados por Mestres esporádicos excelentes contadores de histórias que acabam fazendo história. Os escritores que narram suas memórias, escrevem cada um dá sua forma, com suas próprias características, sem perder de vista o sistema simbólico, que como instrumento de conhecimento e de comunicação, só pode exercer um poder estruturante porque são estruturados (BOURDIEU, 2010). Para além dessa experiência simbólica, um ponto essencial no distanciamento entre a narrativa historiográfica e a narrativa memorialística, o rigor metodológico exigido na narrativa historiográfica e não levado em consideração na narrativa memorialística.

Aqueles que fazem a narrativa memorialística tem “a memória como certificação da realidade das nossas lembranças” (RICOEUER, 2007, p. 289) e narram com ferramentas e para leitores diferentes, conforme suas temporalidades e experiências de vida. Em boa parte dos memorialistas, examinados com cuidadosamente, será verificado aspectos textuais além da ausência de marcos balizadores da teoria e da empiria.

Na narrativa memorialística, recorrentemente, não existe preocupação cronológica e divisão temática: as vezes biografias misturam-se com a descrição de suas experiências, das manifestações culturais, perseguições políticas, dentre outros. Ademais, as biografias não se limitam ao personagem em um tempo e espaço. As memórias tratam de vários usos e costumes, saberes e práticas do espaço delimitado, com uma forma variada e rica de abordagem, mas sem preocupação com a linguagem, a dimensão temporal ou aspectos teóricos e metodológicos.

evoca deliberadamente ou invoca involuntariamente lembranças autobiográficas ou que fazem parte de uma memória específica (saberes, sentimentos, crenças etc.); **Metamemória**: trata-se da memória relativa à representação que cada pessoa faz de sua própria memória e, o que o indivíduo diz da sua própria memória (apego do indivíduo ao seu passado).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Alguns memorialistas do interior registraram por escrito fatos, datas e personagens, produzindo notáveis fontes históricas, com destaque para livros de assentamento e as cartas familiares. Quando saíram de seu lugar para estudar fora, alguns jovens ao passar pelo processo de ensino-aprendizagem formal, perdiam, muitas vezes, total ou parcialmente suas raízes que eram superadas pelo bacharelismo e cientificismo dominante nos grandes centros. Pensando nisso “quando Halbwachs vincula “o pensamento social” a uma memória, ele quer dizer com isso que ela resulta, em essência, da transmissão de um capital de lembranças e esquecimentos” (CANDAU, 2011, p. 105), ajudando a compreender a interação entre as origens interiorana e a linguagem culta, que, tem sido privilégio de uns poucos escritores como, entre outros, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz Graciliano Ramos e Ulysses Lins de Albuquerque.

Não é raro se deparar, principalmente nas cidades do interior, com livros, obras memorialísticas que pretendem contar a história da cidade, fatos que o escritor considera importante, com a intensão de reconstrução e resgate, mesmo que de forma bucólica, a história da cidade, de um lugar ou mesmo de uma região. Essas obras tem como características o recorte geográfico, um marco espacial a fim de fazer uma junção dos acontecimentos que vão montar a história da cidade, do lugar ou da região. Pelo domínio do sistema simbólico (BOURDIEU, 2010) por parte do escritor da localidade e pela ausência de trabalhos acadêmicos ou profissionais da história nesses espaços, as obras memorialistas, muitas vezes, são a única fonte de informação, de fácil acesso, sobre esses lugares, adotas como livros que contam a história do lugar e seus autores como a referência historiadora. Geralmente, os autores memorialistas nasceram, experienciaram ou tem uma conexão sentimental, afetiva com o lugar que descrevem, escavando as informações da ‘memória propriamente dita ou memória de alto nível’ (CANDEAU, 2011) sem nenhum contato com o processo metodológico da prática do historiador ou do que Certeau chama de operação historiográfica (2010).

NO ALPENDRE DA FAZENDA: O DIVÃ DA MEMÓRIA

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A memória que se alimenta da fala e da interlocução. Sentados no alpendre da fazenda do velho Quinca Ingá, Ulysses rememora os vários assuntos de uma discussão animada entre vários presentes e relembra de modo especial a interlocução entre o respeitado coronel e um violeiro de nome Severino: “Não posso deixar de referir-me a uns tantos instantâneo daquelas palestras nas quais quem menos falava era eu, pois limitava-me a alguns apartes, incentivando a discussão, de aspectos pitorescos, surgida de vez em quando entre os dois”. (ALBUQUERQUE, 1971, p. 264).

A fazenda para Ulysses Lins era o centro do “universo sertão”, e por ela sendo capaz de “[...] descobrir a complexidade oculta [...]” nas interações de seus elementos, buscando a “razão de ser” que habita as conexões “do singular e do universal, através do particular” (LEFEBVRE, 1995, p. 105; 204). Um monumento que pode evocar o passado, perpetuar a recordação (LE GOFF, 1990) e o alpendre o seu divã, local de confidências e inconfidências, onde recebia amigos, vaqueiros, políticos, intelectuais, dentre tantas pessoas que por ali passaram, onde escutava mais do que falava, e, atento colhia informações importantes e, posteriormente, narrava, pois “A matéria bruta da memória individual pode permanecer latente anos a fio, até que seja despertada por um interlocutor, cujo o papel não é passivo” (MENESES, 1992, p. 14). Seja no silêncio, sozinho no alpendre da fazenda (fazenda Conceição), buscando lembranças do tempo passado, ou, nas tantas conversas no alpendre, seu divã, que refletia e espelhava sua própria experiência como sertanejo.

Nesses termos, a memória como “experiência” de Ulysses, nos reporta ao que Benjamin (1994), em o *Narrador*, referia-se à marca da experiência (*erfahrung*) que seria instituinte do ofício do bom narrador, que é um sábio e, enquanto tal, sabe dar bons conselhos e tem o tempo todo para escutar os interlocutores. No ensaio ficcional de *Infância em Berlim em torno dos anos 1900* (BENJAMIM, 1993), dedicado ao seu filho Stefan, o que se ressalta é o tema da memória. Mas não se trata de relatos ao modo de crônicas e, sim, de uma outra viagem às profundezas da memória. Não se trata, pois, de um *conto* mas, talvez, de um *canto*.

Nesse ensaio (BENJAMIM, 1993), o tempo é o contraponto do mundo das memórias com a modernidade. Em *Moxotó Brabo* (ALBUQUERQUE, 1979), ao final

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

dos anos de 1897, quase na mesma época da infância de Benjamin na Berlim europeia, Ulysses reporta-se, de igual modo à sua infância no momento em que transfere residência da fazenda para a vila (cidade):

Essas e outras coisas, mil coisas interessantes que se passaram até os fins de 1897, quando meu pai transferiu residência para a vila, constituem um poético arquivo de reminiscências que eu guardo como um tesouro no fundo da alma, e que estou sempre a mirar, embevecido, através da lente das evocações. (ALBUQUERQUE, 1979, p. 53)

Também nesse ensaio (BENJAMIM, 1993), existe um resgate das imagens que dão continuidade, de modo inconsciente, com uma memória mais ampla, que efetivamente ultrapassa a experiência individual, alcançando assim as marcas da história. Relendo Ulysses, e suas memórias e lembranças sobre a fazenda, damos inteira razão à tese benjaminiana da memória inconsciente. Se não, vejamos:

E como que estou a ver, com os olhos deslumbrados da infância, a paisagem pitoresca que se fixou indelevelmente na retina: a casa-grande, alegre e rumorosa; as casinhas dos moradores disseminadas por ali perto, a linda várzea em frente, por onde as ovelhas roíam a grama, enquanto os bem-te-vis, nelas pousando, catavam fragmentos de folhas do mato e de insetos entranhados na lâ; e se espalhavam os juazeiros, as baraúnas e as quixabeiras, frondes agitadas pelo vento, num murmúrio brando... (ALBUQUERQUE, 1979, p. 53)

Nessa deixa, Proust (2002) critica a participação da consciência na *memória involuntária*. Mais do que isso: a consciência não tem lugar relevante nela. Será na *mémoire volontaire* que a inteligência, isto é, a consciência, poderá fixar os acontecimentos de forma que deles pouco se encontre de sua força inicial. A *memória voluntária*, desta forma, requer os acontecimentos retidos através do trabalho da consciência, diminuindo a efetividade com que tais acontecimentos nos impactam e nos modificam. A experiência que daí pode resultar, com isso, é considerada como *vivência*. A *memória involuntária*, por outro lado, retém do acontecimento sua força inicial. Ele pode ser revivido, entretanto, somente através do acaso. Isto é, a consciência, tendo uma mínima ou nenhuma participação na *memória involuntária*, não explora os acontecimentos através da memória de forma que possamos por vontade própria

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

relembrarmos algo. Os acontecimentos dependem de objetos que só ao acaso nos atingem para serem lembrados. Citando Proust, Benjamin nos esclarece:

Por isso Proust não hesita em afirmar, em síntese, que o passado ‘está escondido, fora do domínio e do alcance da nossa inteligência, em algum objeto material [...] de que não suspeitamos. Depende do acaso encontrarmos esse objeto antes de morrermos, ou não o encontrarmos.’ (BENJAMIN, 2015, pp. 108-109)

Em *Infância em Berlim* (BENJAMIM, 1993) temos, finalmente, dois polos bem nítidos. De um lado, como na trilogia de Ulysses Lins, o polo do narrador que se anima em penetrar nos desejos infantis que são representados, sempre a partir da fazenda, pelos sonhos e acontecimentos recordados:

E como que estou a ver os mandacarus, perfilados, agressivos – lembrando espectros de estranhos guerreiros, resistindo às inclemências da natureza, mas em certa época enfeitados de súbito com as flores níveas, abertas ao sereno da noite -, prenúncio de trovoadas, na crença do sertanejo (...) e aquela pedra ao lado do curral, isolada, no meio da planície, em frente à qual às vezes ‘brincávamos de missa’(grifo do autor) porque, pela configuração, ela nos lembrava um altar”. (ALBUQUERQUE, 1979, p. 53)

De outro lado, movida pela consciência das vivências modernas, aparece nele enquanto adulto, a criança que participara dos acontecimentos, voltando-se agora para o novo. E, enquanto cosmopolita, observa as transformações contínuas das novidades, frequentemente destrutivas. Não há como esconder um sabor de nostalgia, de desânimo e de angústia. É o “spleen” do poeta Charles Baudelaire (1991), que se debruçara sobre a fragmentação da experiência humana nas metrópoles modernas. Nostalgicamente, a fazenda se encontra no centro das suas memórias:

Hoje, que resta daquele ‘mundo desmoronado’? Os torrões da casa velha, destruída pelo vandalismo primitivo dos herdeiros desavindos, na disputa dos seus despojos – como um tufão violento, numa noite de tempestade, derruba todas aquelas belas árvores que enfeitavam o pátio. (...) E os vetustos mourões das porteiras do curral... as cancelas pênseis... as cercas derreadas... enfim, tudo o que ainda fala das evocativas tradições daquele sítio outrora cheio de vida e encanto, da casa-grande – o oásis de ternura humana, em meio à aridez ambiente – sob cujos torrões repousa o ‘paraíso perdido’ de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

minha infância, naquela paz que Saint-Exupéry chamou – ‘a paz dos reinos silenciosos’. (ALBUQUERQUE, 1979, p. 53-54)

Em sua clássica trilogia de memórias, *Três Ribeiras; Um Sertanejo e o Sertão e Moxotó Brabo*⁴, faz um trabalho de análise dos tipos sertanejos na política, festas folclóricas, os trabalhadores, os tipos regionais. É um verdadeiro documento (LE GOFF, 1990), testemunho histórico, fundamento do fato histórico, parte de um processo dinâmico de construção e reconstrução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fazenda foi para Ulysses Lins um grande divã, seu documento e monumento (LE GOFF, 1990). Deitado ou mesmo sentado neste divã, no Alpendre da sua fazenda Conceição, ele reconcilia lembranças e esquecimentos que lhe devolviam a paz nas buscas de sentido para as suas desculpas e dores, pouco ou nunca decifradas. E o fazia acalentando histórias, tecendo narrativas, coletando memórias, lembranças e reminiscências que a gente do seu mundo-sertão desfiava no mormaço do sol causticante. Este é o divã, o alpendre da Fazenda, o palco e laboratório de suas memórias e tem sua obra memorialística que conta o sertão. a memória enquanto busca obsessiva desse mesmo que, aqui, se confunde com suas dores, suas mágoas, lágrimas e alegria. No seu divã, no alpendre da Fazenda, na sua obra memorialística, estão as metáforas desse mesmo.

As narrativas das memórias de Ulysses colocam-se como realizações individuais mas, ao mesmo tempo, universais, porque ligadas ao movimento da totalidade social (LEFEBVRE, 1995), expressam um forte apego pelo seu espaço e pela sua história, mas também explicitam seu descontentamento com a realidade de o descaso do Estado e a violência a que grande parte da população estava sujeita. Elas foram elaboradas a partir da Fazenda (enquanto espaço de interações e sociabilidades) e na Fazenda (enquanto

⁴ Ulysses LINS DE ALBUQUERQUE, op.cit., 1971; Ulysses LINS DE ALBUQUERQUE, *Um Sertanejo e o Sertão*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1957; e Ulysses LINS DE ALBUQUERQUE, *Moxotó Brabo*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1979.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

espaço de fala, escuta e conversa no seu alpendre). Os diálogos no alpendre da Fazenda, segue Ulpiano Meneses (1992) que ensina que a memória não pode ser vista como algo acabado, ela é um processo permanente de construção e reconstrução, e, possibilitou visitar as memórias, reconstruir as vivências de alguns personagens que conformam a história deste lugar, buscando construir uma versão histórica deste espaço socialmente configurado.

Pensar a história através de fontes diversificadas nas quais a memória expressa nas narrativas ocupa, por várias vezes, um lugar de destaque, significa, sobretudo, dar a ela uma possibilidade de incorporar versões e representações, anulando a possível preocupação em desmenti-las ou reiterá-las. A fonte narrada e a documentação oficial, então colocadas em diálogo, possibilitam uma configuração histórica das diversas conjunturas que conformam o retrato de uma sociedade ou de grupos que a compõem.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de. **Três Ribeiras**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1971.

_____. **Moxotó Brabo**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1979.

_____. **Um Sertanejo e o Sertão**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1957.

BAUDELAIRE, Charles. *O Spleen de Paris (Pequenos Poemas em Prosa)*. Trad. António Pinheiro Guimarães. Relógio D'Água: Lisboa, 1991.

BENJAMIN, Walter. *O Narrador: Considerações Sobre a Obra de Nikolai Leskov*. In: **Obras Escolhidas I**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

_____. Infância em Berlim por volta do ano 1900. **Obras Escolhidas vol. 2** - Rua de Mão Única. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. Sobre Alguns Motivos na Obra de Baudelaire. In.: **Walter Benjamin: Baudelaire e a Modernidade**. Trad. e Org. João Barrento. São Paulo: Autêntica, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo, SP: Contexto, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Humanitas, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora da UNICAP, 1990.

MATOS, S. C. História, memória e ficção: que fronteiras? **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 8, n. 17, 29 abr. 2015, p. 414-426.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, 34, 1992, 9-23.

PROUST, Marcel. Uma Entrevista com Marcel Proust. In: **Em Busca do Tempo Perdido**, Vol. 1: No Caminho de Swann. Trad. Mario Quintana. Ed. Globo: São Paulo, 2002.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas/SP. Ed. Unicamp, 2007.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998